

| | |
|--------------------------|-------------|
| INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL | |
| Data | ___/___/___ |
| Cod. | 63 DΦΦ112 |

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E INDIGENISTAS NO BRASIL

Balanço Histórico e Subsídios para seu Futuro

Projeto para o Convênio Novib/Cebrap
Biênio 1993/95

Pesquisador Responsável: John Manuel Monteiro, Ph.D.
Auxiliar de Pesquisa: Pedro Puntoni

Apresentação

Em 1991, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) divulgou uma lista de 48 organizações indígenas e 36 organizações de apoio não-governamentais que atuam no campo indigenista.¹ A relação não surpreende pelos números em si, que podem ser considerados até pequenos pela dimensão do país e pela diversidade étnica e regional dos povos indígenas, porém é de se notar que a esmagadora maioria das entidades foi fundada nos últimos quinze anos, sendo que muitas organizações indígenas tiveram origem na esteira da Constituição de 1988.

De fato, assiste-se, em anos recentes, uma proliferação de novas organizações indígenas e indigenistas no Brasil. São novas não apenas em termos de sua formação recente, mas antes em função de suas características políticas, uma vez que buscam no campo da sociedade civil um espaço de representação que antes lhes era proporcionado apenas pelo Estado. Neste sentido, os caminhos trilhados pelas entidades indígenas e indigenistas no país refletem o movimento mais geral da organização da sociedade civil porém, ao mesmo tempo, representam uma ruptura especialmente forte com um longo passado de dependência no Estado, remontando mesmo aos primórdios da colonização portuguesa na América.

1. CEDI, *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*, São Paulo, CEDI (Série *Aconteceu*, no. 18), pp. 70-71. Conforme nota o próprio redator da matéria, a lista se restringe às organizações de caráter formal, isto é, as que têm registro em cartório ou que possuem estatutos.

O projeto que se segue propõe-se a analisar as origens, propostas e ~~avaliação~~ das organizações não-governamentais articuladas em torno da problemática dos direitos indígenas, enfocando especialmente as entidades indígenas. O contraponto desta pesquisa são os trabalhos existentes sobre a política indigenista (sobretudo a do Estado) e sobre as políticas indígenas (isto é, adotadas pelos próprios grupos nativos), que são em menor número, referentes ao período anterior a 1980. O que se pretende investigar é a mudança recente -- nos últimos 15 anos -- nas políticas indígenas que, através da busca de aliados supra-comunitários, de caráter nacional ou mesmo internacional, têm contribuído para uma reformulação fundamental do modo de se pensar o futuro das sociedades indígenas no Brasil. Esta reformulação, por seu turno, tem repercutido de forma significativa não apenas no campo teórico como também no legislativo, a julgar pelos avanços da Constituição de 1988 e pela predisposição -- ainda que hesitante -- do Estado em afirmar os direitos históricos dos povos nativos. É evidente que a situação das populações indígenas ainda permanece longe de satisfatória e muitos dos seus direitos continuam a ser privados ~~e~~ violados, porém não resta dúvida quanto à potencialidade estratégica das novas formas de se fazer política neste país.

Uma segunda vertente do projeto tem como proposta criar um instrumento de pesquisa e de informação sobre organizações indígenas, políticas indígenas e a política

indigenista oficial no Brasil. Este instrumento deverá ter a forma de uma bibliografia crítica, privilegiando a dimensão histórica da ~~ação~~ política de grupos e entidades indígenas. A bibliografia crítica servirá de subsídio não apenas para os estudiosos de assuntos indígenas como também para as próprias organizações, tão carentes de materiais sistemáticos e informativos.

Este projeto surgiu a partir dos interesses do coordenador, que tem uma larga experiência de pesquisa em história indígena, colaborando desde 1987 para a organização do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo. Já coordenou um projeto de levantamento de fontes manuscritas referentes a história indígena no Brasil, a ser publicado como o *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros*. A presente proposta faz parte da programação da Área de História do Cebrap, em plena fase de renovação, buscando reforçar a tradição interdisciplinar do Centro ao se debruçar sobre a dimensão histórica da realidade brasileira.

Objetivos

1. Pesquisa sobre as origens, propostas e atuação das organizações indígenas e indigenistas. Esta pesquisa visa realizar um levantamento criterioso sobre as origens, orientação, atuação e impacto das organizações indígenas na história recente do país. O projeto possui pretensões

teóricas e práticas. No campo teórico, busca explicitar as formas de articulação entre políticas indígenas que, por definição, são locais, faccionais e descentralizadas, e organizações supra-comunitárias que atuam numa esfera nacional ou internacional e que reivindicam ações genéricas ou universais para *todas* as unidades locais. O que se pretende mostrar é que o êxito desta articulação tem ocasionado profundas mudanças nas maneiras de perceber o futuro dos índios no Brasil, antes relegados ao desaparecimento, qual seja através do genocídio ou através da assimilação. Ademais, confrontando a experiência destas organizações com a de grupos nativos ao longo da história do Brasil, pretende-se recuperar um fio da política indígena, no qual os índios se constituem enquanto agentes de sua história. No ~~o~~ campo prático, através da discussão e divulgação dos resultados da pesquisa, o projeto propõe-se a contribuir para a permanente avaliação crítica da política indígena no país.

2. Bibliografia Crítica sobre as políticas indígenas e a política indigenista no Brasil. Esta dimensão do projeto visa recuperar e sistematizar obras impressas referentes às políticas indígenas e indigenistas ao longo da história do Brasil. Serão privilegiadas as propostas apresentadas por entidades indígenas ou de apoio aos índios, materiais sobre a formação de organizações indígenas, e estudos sobre a política indigenista no país. Não serão contemplados nem a

legislação nem a imprensa periódica, uma vez que já existem instrumentos de pesquisa que cobrem estas áreas. A publicação terá a forma de bibliografia crítica, isto é, cada item será analisado sumariamente para melhor informar o usuário. Pretende-se, igualmente, criar um índice de palavras chaves para facilitar a pesquisa e consulta temática.

Perfil dos Pesquisadores

John Manuel Monteiro, doutor em história pela Universidade de Chicago (1985), é pesquisador visitante no Cebrap desde 1991 e pesquisador-fundador do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo desde 1987 (formalizado em 1990). É autor de numerosos artigos especializados sobre a história indígena no Brasil e do livro *Negros da Terra. A Escravidão Indígena na Formação de São Paulo Colonial*, São Paulo, Companhia das Letras (no prelo). Coordena o projeto *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros*, em fase final de preparação. Atualmente, preside o Núcleo Regional de São Paulo da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH).

Pedro Puntoni, mestre em história pela Universidade de São Paulo, realiza pesquisas de doutorado sobre as populações indígenas do nordeste brasileiro, durante o período de conflitos entre portugueses e holandeses.

Defendeu tese de mestrado sobre o tráfico negreiro e a escravidão africana no Brasil Holandês e é autor do livro *Guerras do Brasil (1504-1654)*, São Paulo, Brasiliense, 1992. Foi bolsista no Programa de Formação de Quadros do Cebrap entre 1991 e 1993.

Atividades de Pesquisa

A pesquisa sobre as organizações indígenas será realizada em diversos acervos governamentais e não-governamentais. Em São Paulo, contempla-se examinar o material arquivado no Centro Ecumênico de Documentação e Informação, no Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, na Comissão Pró-Índio de São Paulo, no Centro de Trabalho Indigenista de São Paulo e em diversas bibliotecas públicas e particulares na cidade. Também estão previstas viagens de pesquisa para Rio de Janeiro (Museu do Índio e Biblioteca Nacional) e para Brasília (Centro de Documentação da FUNAI). Todos estes órgãos possuem materiais relevantes para o trabalho em questão. Uma pesquisa complementar será feita na imprensa periódica, embora não seja prioridade para este estudo. Sempre que possível, serão adquiridos materiais pertinentes, para incorporação no acervo do Cebrap.

Para a pesquisa bibliográfica, contempla-se duas estratégias. Primeiro, nas visitas aos acervos acima delimitados, será feito um levantamento in loco de materiais impressos sobre os assuntos "políticas indígenas", "política indigenista", "organizações indígenas" e "entidades de

apoio". No levantamento, privilegiar-se-á livros, ensaios e estudos críticos publicados em revistas acadêmicas, bem como projetos e outras publicações das organizações. A segunda estratégia é aproveitar a rede de pesquisadores formada no projeto *Guia de Fontes*, com equipes em todos os estados, para alimentar o banco bibliográfico com a produção regional de difícil acesso.

A fase de pesquisa, propriamente dito, será limitado aos primeiros oito meses do projeto, reservando-se o restante para análise, preparação e divulgação dos resultados.

Divulgação

São três os canais de divulgação:

1. Seminários de Pesquisa. Serão realizados, a partir do nono mês do projeto, seminários regulares para apresentar e discutir as questões levantadas pela pesquisa. Estes seminários poderão ser realizados junto com o Núcleo de História Indígena da USP. Pretende-se, igualmente, convidar representantes das entidades para participar de algumas reuniões de trabalho.

2. Publicação de Artigos em Revistas Especializadas. Seguindo a prática de pesquisas anteriores promovidas pelo Cebrap, pretende-se elaborar alguns artigos acadêmicos relatando os resultados da pesquisa. Um canal natural para tal divulgação tem sido a própria revista *Novos Estudos*

Cebrap. Caso conveniente, pode-se também orientar parte da discussão para a grande imprensa periódica, sempre atenta às análises realizadas pelo Cebrap.

3. Publicação e Distribuição da Bibliografia. O principal produto permanente do projeto, a bibliografia, deverá ser produzida internamente no Cebrap, distribuído gratuitamente às organizações indígenas e vendido a preço de custo para os demais interessados. A princípio, seria uma tiragem de ~~1.000~~ exemplares, cuja divulgação poderá ser veiculada pela *Novos Estudos* e na grande imprensa.